



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 019

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE MARÇO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|--------------------------------|------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> | <i>Ângelo Vanhoni</i> |
| <i>Líder da Oposição</i> | <i>Durval Amaral</i> |
| <i>PTB</i> | <i>Carlos Simões</i> |
| <i>PFL</i> | <i>Plauto Miró Guimarães</i> |
| <i>PSDB</i> | <i>Valdir Rossoni</i> |
| <i>PMDB</i> | <i>Antonio Anibelli</i> |
| <i>PPB</i> | <i>Duílio Genari</i> |
| <i>PT</i> | <i>Elton Carlos Welter</i> |
| <i>PDT</i> | <i>Neivo Beraldin</i> |
| <i>PSL</i> | <i>Luiz Carlos Martins</i> |
| <i>PL</i> | <i>Chico Noroeste</i> |
| <i>PPS</i> | <i>Marcos Isfer</i> |
| <i>PSB</i> | <i>Doutor Luciano</i> |

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano (em licença) - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari (em licença) - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 017ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
29 DE MARÇO DE 2004**

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Delegado Bradock e Nelson Tureck.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Jensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos, anunciando a presença em plenário do Sr. ex-Deputado Federal Werner Wanderer.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 008/2004

Curitiba, 25 de março de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei complementar, objetivando alterar os dispositivos que menciona, para instituição da modalidade de “Diárias”, a título de indenização de despesas de alimentação e pousada, quando do deslocamento de servidores estaduais a serviço da administração pública.

A instituição da modalidade de “Diárias”, a título de indenização das despesas de pousada e alimentação, visa dar agilidade aos processos de prestação de contas destes servidores quando do retorno à sede.

Com a instalação da Central de Viagens, junto à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, que tem como objetivo prestar um serviço especializado nas questões que envolvem despesas com viagens de interesse do Estado, há possibilidades de monitorar e controlar as despesas efetuadas durante o deslocamento, bem como acompanhar o desempenho e evolução dos trabalhos realizados pelo servidor através do Relatório Técnico, onde os objetivos, os resultados da viagem e as medidas a serem adotadas são relatados e aprovados pela direção do órgão.

Como o processo de liberação da viagem é, *a priori*, conhecido no mínimo por três agentes da hierarquia de cada órgão, além do ordenador de despesas, a transparência e a divulgação desses eventos inibem a utilização indevida desta modalidade de indenização. Portanto, o gerenciamento e acompanhamento do processo passam a ser mandatários do sistema, permitindo desta forma que nossos esforços sejam voltados para a finalidade e o resultado dessas viagens, e não ao mero controle burocrático de conferência de documentos comprobatórios das despesas.

Esta medida não implica em acréscimo das atuais despesas de hospedagem e alimentação, uma vez que a mudança somente ocorre na forma de concessão, não havendo alteração dos valores ora praticados.

Para a instituição desta modalidade de indenização das despesas com pousada e alimentação do servidor, quando em viagem a serviço do Estado, há necessidade de alteração de dispositivos da Lei Complementar nº 72, de 13 de dezembro de 1993, e ainda porque algumas carreiras especiais do Estado têm definidas em seus estatutos, editados também por lei complementar, a forma de indenização dessas despesas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º - O parágrafo único, do artigo 26, da Lei nº 6417, de 3 de julho de 1973, alterado pela Lei nº 7434, de 29 de dezembro de 1980 e pela Lei Complementar nº 72, de 13 de dezembro de 1993, passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo Único - As indenizações compreendem:

- a) diárias;
- b) ajuda de custo;
- c) transporte;
- d) representação;
- e) aquisição de fardamento; e
- f) serviço extraordinário.”

Art. 2º - O artigo 169, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 169 - Além do vencimento ou remuneração, poderá o servidor perceber as seguintes vantagens pecuniárias:

- I - adicionais;
- II - gratificações;
- III - ajuda de custo;
- IV - diárias;
- V - salário família;
- VI - auxílio para diferença de caixa;
- VII - auxílio doença.”

Art. 3º - A seção V, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, passa a ter a seguinte nomenclatura e conseqüente redação:

“Seção V

Das Diárias

Art. 189 - Ao servidor que, no desempenho de suas atribuições, se deslocar da respectiva sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a diárias, a título de indenização das parcelas de despesas extraordinárias com pousada e alimentação, conforme dispuser em regulamento.

§ 1º - Entende-se por sede, para os efeitos desta seção, a cidade, vila ou localidade, onde o servidor tiver exercício.

§ 2º - A diária será concedida por dia de afastamento, observadas as condições de custeio da viagem, mediante cálculo de duração presumível do deslocamento do servidor e será paga adiantadamente.

§ 3º - Não se aplica o disposto neste artigo:

- I - ao servidor que estiver servindo no estrangeiro;
- II - ao servidor removido, durante o período de trânsito;
- III - quando o deslocamento do servidor constitui exigência permanente do cargo ou função;
- IV - ao servidor que se deslocar dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituída por municípios limítrofes e regularmente instituída, salvo se houver pernoite fora da sede ou o prazo de permanência for superior a 12 (doze) horas.

Art. 190 - As indenizações das despesas de alimentação e pousada serão arbitradas e concedidas dentro dos limites de créditos orçamentários e de acordo com a regulamentação a ser estabelecida pelo chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único - Os valores das indenizações das despesas com alimentação e pousada serão fixados por ato do chefe do Poder Executivo.

Art. 191 - O servidor civil e militar da administração direta ou autárquica do Poder Executivo que indevidamente receber indenizações das despesas com alimentação e pousada, será obrigado a restituir, de uma só vez, a importância recebida, ficando, ainda, sujeito à punição disciplinar, respeitada a legislação própria.

Art. 192 - Será punido com pena de suspensão e, na reincidência, com a de demissão, o servidor civil e militar que, indevidamente, conceder diária com o objetivo de remunerar outros serviços ou encargos, ficando, ainda, obrigado à reposição da importância correspondente.

Art. 193 - No caso de falecimento do servidor, que ocorrer durante o período de deslocamento fora da sede, em objeto de serviço, seus herdeiros não restituirão a diária, concedida a título de indenização das despesas com alimentação e pousada.

Art. 194 - O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restitui-las integralmente, no prazo de 2 (dois) dias.

Parágrafo Único - Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no *caput*.”

Art. 4º - O Poder Executivo deverá regulamentar a presente lei complementar no prazo de 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Art. 5º - Esta lei complementar entrará em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofício:

OFÍCIO 019/2004

Senhor Presidente:

Encaminho em anexo, o Ofício nº 031/2004, da Escola Estadual Presidente Castelo Branco do Município de Foz do Iguaçu, solicitando a liberação de materiais esportivos nele especificados, para atender as necessidades da escola.

Certo de poder contar com vossa habitual atenção, reitero votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) RENI PEREIRA

Indicação:

INDICAÇÃO Nº 008/2004

Ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança:

O Deputado Barbosa Neto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A instalação de uma extensão da Academia de Polícia Militar do Guatupê em Londrina.

2 - Uma extensão da academia em Londrina descentralizaria a formação de policiais militares, hoje prerrogativa exclusiva de Curitiba, fazendo com que os membros da Polícia Militar não necessitem se deslocar para a Capital, permanecendo alguns meses longe do convívio de seus familiares para treinamento.

3 - Esta iniciativa poderá também trazer economia para o Estado, uma vez que as despesas com o deslocamento e manutenção dos policiais militares diminuirão.

Sala das Sessões, em 29.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 417

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em segunda discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 394

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER que seja marcada a data de 05 de maio do corrente ano, às 17h00 nas dependências do Plenário, para a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Paulo Cruz Pimentel, concedida pela Lei nº 6659, de 09 de janeiro de 1975.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 411

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à professora Magda Zanoni, pelo título de Doutor *Honoris Causa*, oferecido pela Universidade Federal do Paraná.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à homenagem, à Rua XV de Novembro, 1299, CEP 80.060-000 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 412

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao professor Claude Raynaut, pelo título de Doutor *Honoris Causa*, oferecido pela Universidade Federal do Paraná.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à homenagem, à Rua XV de Novembro, 1299, CEP 80.060-000 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 415

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER, ao Plenário deste Parlamento, para que se digne a aprovar, para serem registrados nos Anais da Sessão de hoje, os votos de congratulações deste Poder à nova diretoria (adiante descrita) da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná-AMOP, na pessoa do seu Presidente eleito, Edgar Bueno, Prefeito do Município de Cascavel:

Diretoria Executiva

| | |
|---|--------------------------|
| Presidente-Edgar Bueno | Prefeito de Cascavel |
| 1ª Vice-Presidente - Luiz Yoshio Suzuke | Prefeito de Medianeira |
| 2º Vice-Presidente - Miguel Bayerle | Prefeito de Itaipulândia |

Conselho Fiscal

| | |
|--------------------------------|---------------------------------|
| Derli Antonio Donin | Prefeito de Toledo |
| Clóvis J. Bombarda | Prefeito de Corbélia |
| Francisco Dantas de Souza Neto | Prefeito de São Pedro do Iguaçu |

Suplentes do Conselho Fiscal

| | |
|------------------------------|------------------------|
| Francisco Rodrigues da Silva | Prefeito de Jesuítas |
| Manoel Kuba | Prefeito de Guaíba |
| Romano Czerniej | Prefeito de Cafelândia |

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Paraná, se esta assim entender, por este Parlamentar, ao cumprimentar a direto-

ria antecedente da AMOP pelo bom trabalho desenvolvido, manifesta a cada integrante da diretoria eleita, uma gestão profícua, e que, na função do cargo, cada um colha grande satisfação pessoal e um resultado final altamente produtor, pois, para isso, não lhes faltam talento e capacidade.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado proponente deste, requer seja dada ciência do seu conteúdo a cada integrante da nova diretoria da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná - AMOP, via correspondência a ser encaminhada à Rua Pernambuco, 1936 - 85.810-021 Cascavel-PR.

REQUERIMENTO Nº 416

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à professora Tangriani Simioni Assmann, eleita no último dia 18 de março para o cargo de Diretora do CEFET/Unidade de Pato Branco.

Do aprovado requer ainda, que se dê ciência à professora Tangriani Simioni Assmann, através de correspondência no endereço: Via do Conhecimento, Km 01 - C.P. 571 - CEP 85.503-390 - Pato Branco-PR.

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

As eleições para a escolha dos novos diretores das Unidades do Sistema CEFET-PR aconteceram no último dia 18, na Unidade de Pato Branco, sendo eleita para assumir o cargo de Diretora, a professora Tangriani Simioni Assmann. A professora Tangriani tem 36 anos, é casada com Alceu Luiz Assmann há 14 anos e o casal tem um filho Lucas de 13 anos.

Formada em Agronomia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR no ano de 1990, ingressou através de concurso público, como engenheira agrônoma da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba, atuando por dois anos na função. Em 1995, concluiu Mestrado em Agronomia na UFPR. Parte do Doutorado realizou no INRA (Instituto Nacional de Pesquisa Agrônômica), na França. Atualmente, exerce também a função de Conselheira do CREA-PR.

A família reside em Pato Branco desde 1993. Tangriani é professora do CEFET-PR/Unidade de Pato Branco, desde 07 de fevereiro de 1994, onde ministra disciplinas nos cursos de Agronomia e de Tecnologia em Química Industrial. Responsável pelo Laboratório de Análise de Solo CEFET-IAPAR (Instituto Agrônômico do Paraná), desde 1996. Desde novembro de 2002, é Chefe do DEPOG (Departamento de Pós-Graduação da Unidade), fato este que a torna também membro do Conselho de Ensino do CEFET-PR.

Queremos, com o presente requerimento, parabenizar a professora Tangriani por sua dedicação ao CEFET ao longo desses dez anos, e pela merecida eleição à frente da Unidade, augurando votos de sucesso na gestão que certamente será marcada por sua competência, dinamismo e determinação.

REQUERIMENTO Nº 396

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Francisco Leite Chaves.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, seja dada ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 397

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Alfons Gardemann.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, seja dada ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 398

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Raul Plasmann, Presidente do Londrina Esporte Clube.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade londrinense.

Requer ainda, seja dada ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 399

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor a Exma. Juíza Dra. Lídia Maejima.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por esta senhora prestados à comunidade londrinense.

Requer ainda, seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 392

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Cláudio Murilo Xavier, Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a doação de uma ambulância equipada com UTI para o Município de Iporã.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado a Prefeita Municipal de Iporã, Sra. Maria Aparecida Zago Udenal (Iporã-PR - CEP: 87560-000), e ao Presidente da Câmara Municipal de Iporã, Dorival Passarela (Iporã-PR - CEP: 87.560-000).

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 401

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a liberação de um computador, aumento do efetivo e melhoria no prédio da Polícia Civil do Município de Santa Terezinha de Itaipu.

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Estas reivindicações visam melhorar o atendimento da Polícia Civil, proporcionando maior conforto e segurança aos munícipes de Santa Terezinha de Itaipu, bem como de toda a população da região.

REQUERIMENTO Nº 402

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Ofício ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando os seguintes benefícios na área de segurança do Município de Santa Terezinha de Itaipu.

- Para a Polícia Militar: reforma do prédio de destacamento, uma viatura nova e o aumento do efetivo.

- Para a Polícia Civil: equipamentos de informática, a reforma das instalações e o aumento do efetivo.

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Santa Terezinha de Itaipu, encontra-se situado em região fronteiriça com os Países da Argentina e Paraguai, fato que ocasiona várias ações ligadas à criminalidade.

O aumento dos efetivos e a destinação de equipamentos para as Polícias Militar e Civil tem por objetivo coibir essas ações, bem como existem a necessidade urgente da reforma das instalações, face aos poucos investimentos realizados em governos passados, o que ocasionou a deterioração dos prédios.

REQUERIMENTO Nº 403

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, DD. Secretário de Estado da Saúde, solicitando a doação de uma ambulância para o Município de Anahy.

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O envio de uma ambulância para Anahy, tem por objetivo oferecer um melhor atendimento na área da saúde pública, uma vez que é constante a necessidade da locomoção de doentes que residem nas áreas rurais da municipalidade, e principalmente o transporte de pacientes para tratamento em centros médicos especializados em outros municípios.

REQUERIMENTO Nº 404

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a liberação de uma viatura, aumento do efetivo e melhorias no prédio do destacamento da Polícia Militar de Santa Terezinha de Itaipu.

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Estas reivindicações são devidas ao fato do constante aumento da marginalidade no Município de Santa Terezinha de Itaipu, onde a estrutura da Polícia Militar é precária, o prédio necessita urgente de reformas, pois devido aos fortes ventos que atingiram o Município, até a garagem que abrigava as viaturas, desabou. O aumento do efetivo e a liberação da viatura, fará com que a Polícia Militar preste um serviço melhor à comunidade daquele Município, conforme ofício do Presidente do Conselho Comunitário, Sr. Claudinei Costa Ferreira.

REQUERIMENTO Nº 405

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando a reativação da Agência de rendas do Município de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Os contribuintes de Santa Helena são obrigados a se deslocarem até o Município de Marechal Cândido Rondon para cumprirem suas obrigações com o fisco, onerando extraordinariamente seus custos. No Município de Santa Helena existe um imóvel do Estado, antigamente utilizado para este fim, que poderia ser melhor aproveitado com a reativação da Agência de Rendas, prestando um atendimento melhor aos contribuintes daquela localidade.

REQUERIMENTO Nº 406

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao DER - Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná, solicitando a recuperação do trecho rodoviário que liga o Município de Guaíra a Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O trecho da rodovia que liga o Município de Guaíra ao Município de Marechal Cândido Rondon é responsável por parte do escoamento da safra agrícola do Paraguai e do Estado do Mato Grosso do Sul e encontra-se, atualmente, em péssimo estado de conservação, necessitando urgentemente de uma readequação.

REQUERIMENTO Nº 407

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao DER - Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná, solicitando a recuperação do trecho rodoviário da PR-495, que liga os Municípios de Missal/Medianeira/Santa Helena.

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O trecho da PR-495, que liga os Municípios de Missal/Medianeira/Santa Helena, é de suma importância para o desenvolvimento turístico e econômico das cidades lindeiras, e necessita urgente de reparos.

REQUERIMENTO Nº 408

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, que seja encaminhado expediente ao DER - Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná, solicitando a recuperação do trecho rodoviário da PR-497, que liga o Município de Missal a São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se do trecho da PR-497, que liga o Município de Missal ao Município de São Miguel do Iguaçu, o qual faz parte da rota de turismo da região oeste, pois liga dois municípios lindeiros, os quais tem sua atividade econômica voltada principalmente para o turismo.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 082/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam proibidos os jogos eletrônicos ou manuais que gerem ou possam estimular a prática da violência no Estado do Paraná.

Art. 2º- A presente proibição se estende a todas as idades, locais públicos e, inclusive, de acesso restrito, tais como clubes, casa de jogos, bingos e “playcenters”, “playlands” e semelhantes.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

São notórios os casos de violência que se verificam no mundo. No Estado do Paraná, por conseqüências, não é diferente os efeitos da ação estimulante de jogos e brinquedos que incentivam a prática da violência.

Eles atingem mais diretamente os nossos jovens que são mais suscetíveis, pois estão em fase de formação. Os maléficos destes jogos são inegáveis sobre todos, de diferentes idades e camadas sociais.

São, principalmente, máquinas eletrônicas de vários tipos e diferentes denominações liberadas em “shopping centers”, clubes e casas de jogos. Algumas até estão em bares e lojas. São vídeo-games que apresentam figuras humanas eliminadas com tiros, bombas, granadas, armas potentes, pistolas, e objetos que imitam armas e geram violência. Dentre estes, alguns nomes são conhecidos tais como: “Virtua Cop 2”, “Vendetta” e “Takke 2” “Doom” e “Street Fighter” entre outros, e que estão no dia-a-dia de jovens e adultos que freqüentam essas casas e locais abertos.

É importante frisar que praticamente todos esses “games”, tratam a morte com descaso. O ser humano transforma-se apenas em objeto, sem que sejam medidas

as conseqüências que resultam sobre ele. Como legisladores, é nosso dever impedir o uso de máquinas e brinquedos que estimulem a violência.

PROJETO DE LEI Nº 083/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas “Esteio da Esperança”, com sede e foro no Município de Irati.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

O CTG “Esteio da Esperança” fundado em 14 de janeiro de 2001, busca cumprir os ciclos sociais, culturais e artísticos de natureza nativista e influir nas formas de manifestação da vida e pensamento do povo de Irati, pois o tradicionalismo gaúcho, tem como centro os problemas rurais da terra e do homem, onde estão fixadas as suas raízes mais profundas. Tem como objetivo, o CTG “Esteio da Esperança”, a busca da preservação do patrimônio cultural, costumes, hábitos locais, valores, princípios morais, visando difundir a história, a formação social e o folclore da tradição gaúcha.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de Utilidade Pública estadual o Centro de Tradições Gaúchas “Esteio da Esperança” de Irati.

PROJETO DE LEI Nº 084/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção de Usina Termelétrica tendo como combustíveis serragens e aparas de madeira, no Município de Inácio Martins.

Art. 2º - A construção da Usina Termelétrica está condicionada à concessão de licenciamento pelo Instituto Ambiental do Paraná-IAP, com emissão da licença prévia (LP), na forma de lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Em função da crise energética presente em nosso País, tendo entre, várias conseqüências, o risco de

queda de produção dos setores, a diminuição da arrecadação de impostos e o aumento dos índices de desemprego, as pequenas usinas termelétricas surgem como soluções eficientes e rápidas visando minimizar a crise energética.

A futura Usina Termelétrica de Inácio Martins apresentará características peculiares quanto a sua operação, onde podemos citar, por exemplo, o aproveitamento de resíduos da indústria madeireira como combustível, sendo que estes resíduos até o momento constituem um grande problema ambiental, pelo fato de serem lançados nos rios, contribuindo para a degradação da qualidade da água ou geralmente são queimados a céu aberto, gerando situações de poluição atmosférica, de falta de visibilidade nas estradas, considerando ainda o risco de incêndios maiores que podem facilmente atingir reservas florestais, podendo também causar prejuízos incalculáveis para a economia e a biodiversidade. Outro exemplo a ser citado é que a referida usina irá gerar aproximadamente dois mil novos empregos diretos e indiretos, propiciando, ainda, através de sua geração de energia, a instalação de novas indústrias na região.

Em face destas informações, podemos concluir que os aspectos sociais, ambientais e econômicos são contemplados pelo projeto de construção e operação, indicando a sua consonância com as bases do desenvolvimento sustentável conforme preconiza a Agenda 21.

É importante salientar que, de acordo com a Resolução do CONAMA nº 01/86, os projetos de geração de energia acima de 10MW devem apresentar para fins de licenciamento ambiental junto ao órgão competente, o Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório, (EIA-RIMA), na presente situação a Usina a ser construída irá gerar apenas 0,7MW já tendo apresentado ao IAP o Plano Básico Ambiental (PBA), cujo parecer encontra-se anexado a este projeto de lei.

Com a apresentação deste projeto, estamos dando cumprimento ao que dispõe a Constituição Estadual em seu artigo 209, a qual menciona que a Assembléia Legislativa deve aprovar a construção de centrais termelétricas no Estado do Paraná.

Em função do exposto, solicitamos aos nobres Parlamentares desta Casa de Leis, o apoio na aprovação desta importante matéria.

PROJETO DE LEI Nº 085/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública estadual o Círculo Italiano de Medianeira, com sede e foro no Município de Medianeira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O Círculo Italiano de Medianeira, fundado em 1º de maio de 1993, é uma sociedade civil beneficente e cultural, sem fins lucrativos, tendo como objetivos e finalidades: facilitar a todos quanto desejarem o estudo do idioma italiano, manter biblioteca e museu à disposição dos associados, tomar parte de comemorações cívicas brasileiras e italianas celebradas no Município de Medianeira e socorrer, em caso de necessidade, o associado que necessitar de atendimento, sempre de conformidade com os fundos sociais.

PROJETO DE LEI Nº 086/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criada, no âmbito do Estado do Paraná, a Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais - SEPDA.

Art. 2º - A Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais - SEPDA tem como objetivo primordial a promoção de ações necessárias à proteção e bem-estar dos animais, bem como prevenir os mesmos de maus tratos, com práticas voltadas para, no mínimo:

§ 1º - Cumprir e fazer cumprir os termos da Lei Federal 9605, Lei Estadual 14037 bem como toda a legislação correlata;

§ 2º - Criar equipe macro-funcional, responsável pela definição articulada e coordenada das políticas e das ações voltadas para a promoção e defesa dos animais;

§ 3º - Substituir o extermínio sistemático como método de controle populacional de animais urbanos excedentes saudáveis pela esterilização - função de saúde pública - maciça, sistemática e gratuita dos mesmos, priorizando áreas de grande concentração urbana e população animal;

§ 4º - Instalar mini-centros cirúrgicos deslocáveis;

§ 5º - Promover um programa de assistência às entidades e/ou sociedades de proteção aos animais;

§ 6º - Combater a violência e os maus tratos contra os animais;

§ 7º - Promover convênios e/ou parcerias com prefeituras, universidades, empresas privadas e entidades de proteção aos animais, para agilização e viabilização das ações propostas nesta lei.

Art. 3º - Para o funcionamento adequado da Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais o Governo do Estado remanejará dotações orçamentárias destinadas às Secretarias afins.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

A questão da proteção aos animais tem preocupado a sociedade e, os Governos apesar de toda uma legislação, não têm conseguido responder na forma institucional com a velocidade e presteza desejadas.

Apesar da Lei Federal 9605, da Lei Estadual 14037 de autoria deste Deputado - ainda não regulamentada - no território do Estado do Paraná ainda se cometem erros e omissões no trato da questão dos animais. O que se observa são ações voluntárias da sociedade que esbarram na teia burocrática dos diversos órgãos envolvidos com resultados aquém dos esperados e necessários para uma real proteção dos animais e diminuição da sua taxa de crescimento, principalmente dos animais domésticos.

Nunca é demais lembrar que uma política adequada resultará, também, na diminuição da violência entre os humanos. Levantamentos realizados nos Estados Unidos vêm demonstrando que a violência humana contra animais acaba muitas vezes por desencadear a violência entre seres humanos. Pessoas que demonstram desrespeito aos animais tendem a demonstrá-lo também, muitas vezes de forma violenta, contra seus pares humanos. Não temos o levantamento no Brasil mas, cremos, os resultados não são muito diferentes.

O Município do Rio de Janeiro que criou uma Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais, pioneira no País, tem apresentado resultados animadores com respeito da população e se tornou pólo irradiador no trato da questão.

Temos certeza que o Paraná, ao acatar nossa proposta, tornar-se-á exemplo para o País ao criar estrutura e cultura na área de proteção aos animais, culminando com melhor qualidade dos seres humanos que aqui habitam.

Entendemos nosso projeto de lei como viável, vez que não implica em acréscimo de despesa e, também, está fundado na Lei 8485 de 03.06.87 que em capítulo III, artigo 14, diz: O Governador do Estado, mediante decreto, poderá nomear Secretários Especiais, até 6 (seis), com prerrogativas e obrigações de Secretários de Estado, por prazo determinado, para coordenação da ação do Poder Executivo, em áreas de relevante interesse para o Estado. (grifo nosso)

PROJETO DE LEI Nº 087/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica reconhecido ao Lar São Vicente de Paulo do Município de Ribeirão do Pinhal, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Ribeirão do Pinhal, inscrito no CNPJ nº

77.426.922/0001-90, a qualidade de Utilidade Pública Estadual.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.03.2004.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

O Lar São Vicente de Paulo ao longo de sua existência, fundado em 29 de setembro de 1978, vem realizando um trabalho exemplar para amparo e defesa dos idosos.

Em razão disso, já recebeu o reconhecimento da comunidade de Ribeirão do Pinhal pelos relevantes serviços prestados à comunidade, como parceiro do desenvolvimento de políticas públicas dirigidas aos idosos.

Isso posto, queremos dar ao Lar São Vicente de Paulo o reconhecimento de Utilidade Pública estadual e pedimos o assentimento de todos os Pares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos no último sábado, em Londrina, uma reunião com representantes de várias entidades, visando sensibilizar o Governo do Estado em relação à onda crescente de violência que toma conta de Londrina já há algum tempo, e, lamentavelmente, até agora não tivemos uma resposta efetiva por parte do Secretário da Segurança Pública em relação a esse problema. Aliás, o Secretário que esteve em Londrina durante uma audiência pública realizada em meados do ano passado, se comprometeu, nesta reunião do Tribunal do Júri, em Londrina, que iria criar uma subsecretaria de Segurança para enfocar, principalmente, os problemas da violência na cidade de Londrina. Até agora isto não aconteceu, ou pelo menos, na prática, não vimos nenhum tipo de resultado real para a diminuição da violência naquela cidade.]

Chamo à atenção, aqui, principalmente dos Deputados que sustentam o Governo Roberto Requião que, infelizmente, começa a virar motivo de chacota entre dirigentes da classe empresarial, da classe sindical, enfim, das entidades civis organizadas, a atitude com a qual o Governo vem tratando a segurança pública no Estado do Paraná. Chegou ao cúmulo de o Secretário Luiz Fernando Delazari - em função das gafes cometidas e das trapalhadas da sua atuação na Secretaria - ser chamado de "menino maluquinho".

Vamos citar aqui o exemplo do tiro que foi disparado com uma caneta, depois tivemos aí o exemplo recente, que na região Oeste do Paraná se identificou como Roberto Carlos - cantor do Rio de Janeiro, desre-

speitando os Prefeitos, a região e todas as autoridades presentes e até agora não se dignou, sequer, a pedir desculpas às pessoas que foram ofendidas.

Mas, deixando de lado qualquer tipo de conduta emocional, chegou-se até mesmo ao extremo - e isso foi perguntado pela Líder Comunitária de Londrina, Raquel Basseto - se o Governador Roberto Requião já estava passando por um amparo psicológico ou psiquiátrico. Isso não foi dito por este Deputado que às vezes está sob suspeição por não pertencer ao Bloco de Sustentação do Governo, mas dito por uma líder comunitária de muito respeito na cidade de Londrina que é a Sra. Raquel Basseto.

Até o momento, Londrina vive quase o drama de 45 pessoas assassinadas somente neste ano. Podem dizer que é um número considerado normal, mas vamos comparar, mais uma vez, com a nossa cidade-irmã que é Maringá e que tem quase a mesma população de Londrina e que teve, até o momento, sete homicídios, Deputado Durval Amaral, contra 43, quase 45 de Londrina.

Vamos tomar o exemplo ainda com Maringá, que no ano passado todo teve 23 assassinatos e Londrina chegou a 192.

Enquanto isso, o número de efetivos da Polícia Civil é o mesmo da década de 60, ou seja, 150 policiais civis, fora aqueles que estão em baixa, fora aqueles que estão atravessando problema de saúde ou realizando cursos.

Na Polícia Militar a situação é ainda mais grave, oitocentos policiais militares estão na ativa, enquanto que, segundo o Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar, Coronel Manoel da Cruz Neto, seriam necessários pelo menos três mil homens! Esse número, esse efetivo, Delegado Bradock, é o mesmo de 1989, ou seja, há uma defasagem seriíssima dos seis distritos policiais. Nenhum funciona de forma independente ou integrada. Apenas um policial civil tem que tomar conta das prisões superlotadas, em que se transformaram esses distritos policiais.

Por isso, a nossa preocupação, principalmente quando o Governador desdenha de um plano de segurança, que foi elaborado com a participação da sociedade civil organizada, do Conselho Comunitário de Segurança, da Associação Comercial e Industrial de Londrina, da Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa, representada pelo Vereador Jamil Janene.

Lamentavelmente, quando da entrega desse plano de segurança, que demorou quase seis meses para que o Governador o recebesse, ele já adiantou que "o policial, o oficial e o comandante que pedir efetivo, eu exonero na hora", ameaçando os seus congêneres, que seriam punidos terminantemente. O delegado não pode reclamar. O policial não pode reclamar. Enquanto isso perdemos delegados, como teria sido anunciado contrário recentemente, que Londrina ganharia delegados, como foi dito pelo chefe da 10ª Subdivisão Policial, Jurandir Gonçalves André. Mentira! Por critérios políticos, Londrina perdeu

um de seus grandes delegados, que é o Delegado Sérgio Barroso. Um absurdo!

Nós gostaríamos que houvesse um pouco de atenção do Governador Roberto Requião, para com a questão da Segurança Pública em nosso Estado. A questão do geoprocessamento que foi alardeada, como uma palavra elucubrada, para resolver a questão da segurança, que avança de forma desmedida em nosso Estado, não funcionou na prática. O que estamos verificando dia-a-dia é o aumento da criminalidade, é o desrespeito para com essa situação tão imprescindível para a nossa população.

Dizer que não existe recurso é muito fácil. Mas se houve recursos para Curitiba criar aqui a Região Metropolitana ou dotar este ano, com quase 60 milhões de reais, Londrina teve apenas um milhão de reais, para a Região Metropolitana! Não há nenhum tipo de desculpa plausível para se justificar o injustificável, que é a questão da Segurança Pública em nosso Estado.

Para finalizar, gostaríamos que essas piadas e atitudes sarcásticas, por parte principalmente do Secretário da Segurança Pública, que não venha como arremedo do chefe, mas que possa realmente cessar por aqui e que comece a governar, principalmente pensando na questão da violência e da Segurança Pública em nosso Estado.

O Deputado Estadual André Vargas estava presente nesta reunião e também colocou-se à disposição, para que possamos encetar ações concretas, em relação a essa situação insustentável, como acabamos de colocar, na tarde de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez na tribuna desta Casa, inicialmente para falar sobre a nossa Universidade Estadual de Ponta Grossa, que vai completar dia 1º de abril, 30 dias faltando 1700 horas por semana de professores em sala de aula. Isso chega à quase a totalidade dos cursos, não devidamente, com professores em sala de aula.

O prejuízo que o Estado do Paraná está tendo, o prejuízo que a nossa cidade, os Campos Gerais e o Estado estão tendo, é algo que nos deixa preocupados. Primeiro, porque o Governador do Estado deveria já ter autorizado a realização do teste seletivo para contratar os professores que estão faltando. E o que nós vemos, agora, é que o tempo vai passando, trinta dias já vamos completar, sem alunos, comprometendo o calendário escolar da Universidade, e nós chegamos à conclusão de que o Governador está brincando com o ensino superior nas universidades do Paraná. Ele está brincando de ser governador. Só posso pensar isto. Não é admissível que alguém que

esteja no cargo de Governador do Estado, brinque com o ensino superior.

Vemos, agora, 1700 horas por semana sem professores em sala de aula. Isto ocorre, também, nas Universidades de Londrina, Cascavel, Guarapuava e também vai chegar à Universidade de Maringá, quando iniciar o ano letivo.

O Governador poderia autorizar o teste seletivo e discutir com elas a questão da falta de professores, mas não está levando a sério esta questão e tem prolongado a contratação de professores. É preciso contratá-los, independente se o Estado gasta mais ou menos no ensino superior. É preciso colocá-los nas salas de aula. E vemos mentiras, como disse o Secretário de Ensino Superior, que eu volto a dizer que é incompetente e despreparado, porque disse na sessão da Educação, que à metade do mês que estamos terminando, teríamos professores em salas de aula. E podem ter certeza de que ele falou numa sessão pública da Secretaria da Educação, na nossa Comissão de Educação, e não cumpriu o que prometeu.

Então, o Secretário de Ensino Superior passa a ser, para mim, também mentiroso, porque prometeu que faria o teste seletivo até a metade desde mês e não cumpriu! Estão aqui nosso Presidente, que comandou a reunião, e os deputados que estiveram presentes, e sabem do que estamos falando. E nós vemos o Governo brincar, brincar exatamente com os professores de Ponta Grossa.

Espero, Srs. Deputados, que o Governador tome as devidas responsabilidades e pare de brincar com o ensino superior. Se as Universidades têm problemas, que se levantem, e não façam o aluno ser responsável a pagar por aquilo que não deve, porque quem está pagando, neste momento, são os alunos, que não têm culpa de absolutamente nada! Quem tem culpa é o Governo do Estado, que está adiando a realização do teste seletivo, só porque não quer!

Então, fica este registro, para que providências sejam tomadas, pelo ensino superior do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há oradores inscritos nos Pequeno e Grande Expedientes e nem no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 019/2004, subscrito pelo Deputado Reni Pereira, constante do expediente, solicitando a liberação de materiais esportivos para a Escola Estadual Presidente Castelo Branco, do Município de Foz do Iguaçu, conforme Ofício nº 031/2004. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 008/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente e, sugerindo a instalação de uma extensão da Academia da Polícia Militar do Guatupê, em Londrina. **À Comissão de Segurança.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Fonseca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 423/2003, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que proíbe o condicionamento da aceitação de cheques a tempo mínimo de abertura de conta corrente. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 423/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É vedado aos estabelecimentos comerciais a exigência de tempo mínimo de abertura de conta-corrente para aceitação de cheques como forma de pagamento.

Art. 2º - O descumprimento do disposto no artigo anterior sujeitará o infrator, progressivamente, às seguintes penalidades:

I - pagamento de multa no valor de 10 (dez) salários-mínimos, aplicando-se o dobro nos casos de reincidência;

II - advertência;

III - suspensão das atividades do estabelecimento comercial.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24.03.2004.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 625/2003, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito CIRETRAN, no Município de Kaloré. **Aprovado. (Publ. no DA nº 082/2003, de 14/10/2003).**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 506/2003, de autoria do Deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública a Associação das Primeiras Damas do Noroeste do Paraná, com sede e foro no Município de Paranaíba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 639/2003, de autoria do Deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública o Instituto Internacional de Prevenção às Drogas, com sede e foro na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 640/2003, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a manutenção de desfibriladores automáticos externos (DAE) em locais que especifica e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAIC E CSP. EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. **Aprovada a Emenda Substitutiva Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 732/2003, de autoria do Deputado André Vargas, que declara de Utilidade Pública a Instituição ADÉ FINDAN (Homem de Fino Trato) - Casa de Vivência SAARA Santana, com sede em Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 737/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação Saudadense dos Idosos - ASI - entidade de caráter cívico, filantrópico e beneficente, sem fins lucrativos, com sede no município de Saudade do Iguaçu e foro no Município de Chopinzinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 028/2004, de autoria do Deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Vila Real, com sede e

foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 035/2004, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Professores Cegos do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 048/2004, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Capoeira Farol, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/2003, de autoria do Deputado Natálio Stica, que altera o artigo 4º da Lei nº 11.280 de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **(Publ. no DA nº 031/2003, de 12/05/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 256/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 256/2003, de autoria do Deputado Natálio Stica, tem por escopo alterar o artigo 4º da Lei nº 11.280 de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

O condão que se utiliza o presente projeto de lei, para fazer ponte à sua transformação em norma positivada, aduz que se deve implantar uma alíquota menor para a tributação de veículos automotores movidos a gás, o que criaria uma alternativa de consumo menos onerosa à população que se utiliza do automóvel como meio de locomoção.

O incentivo ao uso do gás natural como combustível seria de elevada importância, já que tornaria o uso do veículo à gás economicamente mais vantajoso e também menos poluente. Ainda mais, fica apregoado que com a sanção do presente projeto de lei, empregos serão criados devido à nova demanda que se venha a instituir.

Tendo em vista a situação ora traduzida, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade de seu objeto. É mister ainda resplandecer que, para que não se agatanhe a legislação correspondente ao caso, deve-se fazer uma ressalva no que tange à alteração pretendida.

Como bem é lembrado, a Lei nº 101/2000 traz a obrigatoriedade de apresentação de um estudo do

impacto orçamentário que a pretensa redução tributária venha a acarretar. É notório que o objetivo do projeto de lei ora sopesado, visa o incentivo ao uso do veículo à gás natural veicular através de incentivo fiscal, já que equi-para a alíquota deste tipo de transporte à menor percentagem trazida pela Lei nº 11.280/95, ou seja, 1% (um por cento). Desta maneira as conseqüências que esta redução irá ocasionar, deve ser objeto de estudo, quer seja pelo autor do projeto de lei, ou pela Comissão de Finanças desta Casa de Leis.

Sendo assim, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada mais observa este Parlamentar, que neste instante possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 01.12.2003.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 256/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente Projeto de Lei nº 256/2003, de autoria do Deputado Natálio Stica, tem por objetivo alterar o artigo 4º da Lei nº 11.280 de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

Fundamentação

Quanto ao aspecto constitucional e legal da matéria objeto deste parecer, a Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente, por não encontrar nenhum óbice para sua tramitação.

Chamada esta Comissão a se manifestar, conforme dispõe o parágrafo 3º do artigo 33, do Regimento Interno desta Casa de Leis, não há nada que venha obstar o presente objeto em análise.

Sendo assim, somos de parecer favorável ao encaminhamento do duto Plenário.

Sala das Comissões, em 10.06.2003.
(aa) ELIO RUSCH - Presidente
VANDERLEI IENSEN - Relator

Em votação.

A SRA. ELZA CORREIA (Pela Ordem)

Só para pedir a retirada deste Projeto nº 256 por uma Sessão, com autorização do autor. Já estamos encaminhando o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Regimentalmente é impossível retirarmos, porque já foi retirado em duas ocasiões. Não se pode retirar um projeto da pauta por mais de duas vezes. Se vota a constitucionalidade do projeto e amanhã se apresenta emenda e ele retorna às Comissões.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Eu só queria pedir ao autor do projeto que fizesse a justificativa. Isso pode ser feito amanhã, para melhor conhecimento da Casa sobre esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com certeza o deputado Natálio Stica amanhã fará esses esclarecimentos a todos os companheiros.

Em votação. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Amanhã o Grande Expediente estará reservado ao pronunciamento do Secretário Adair Rizzi, conforme solicitação do Deputado Natálio Stica.

Altair Tarcísio Rizzi é Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Só destacar que esse requerimento foi aprovado por mim e pelo Deputado Plauto Miró Guimarães, e visa fazer com que o Secretário venha aqui prestar contas desta incompetência que é a sua Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 354, de autoria dos deputados Barbosa Neto, Jocelito Canto, Reni Pereira, Dr. Luciano e Ratinho Júnior, com apoio dos deputados Augustinho Zucchi, Fernando Ribas Carli, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins e Valdir Rossoni, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Só para registrar aqui todos os deputados do PMDB e do PT votaram favoráveis a esse desagravo ao Ministro da Agricultura. Inclusive a Bancada Governista votou favorável.

Muito obrigado.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Desnecessário esse esclarecimento do Deputado Jocelito Canto. Votamos favoráveis, porque não queremos perder tempo discutindo esse requerimento, já que o próprio Governador declarou na imprensa que não fez tais acusações. Portanto, deixe que passe, não há problema nenhum!

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (Pela Ordem)

Só para registrar a presença do ex-Vereador e chefe de Gabinete de Foz do Iguaçu o Sr. Ademar Sartori.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica devidamente registrada a visita do ilustre visitante.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor Presidente, não podemos permitir que o deputado Natálio Stica fale bobagem. Isso não é tratamento parlamentar e esta Casa merece mais respeito.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento nº 355, de autoria dos deputados Barbosa Neto, Jocelito Canto, Dr. Luciano e Ratinho Júnior, com apoio dos deputados Waldir Leite, Elio Rusch, Reni Pereira, Durval Amaral e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 392, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 394, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 396 a 399, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 401, 404 a 408, de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 402 e 403, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 411 e 412, de autoria do Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 415, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 416, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 417, de autoria do Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 353, de autoria dos Deputados Barbosa Neto, Jocelito Canto, Reni Pereira, Dr. Luciano e Ratinho Júnior, com apoio dos Deputados Fernando Ribas Carli, Valdir Rossoni e Elio Rusch, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. NATÁLIO STICA (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos pedindo o voto contrário a esse requerimento pela terceira ou quarta vez aqui já explicitado. Documento semelhante a esse também dos mesmos Deputados que assinaram esse requerimento. Já foi anexado e encaminhado ao Ministério Público para que faça a investigação, inclusive anexada a transcrição da fala do Prefeito Mário Roque, de Paranaguá.

Por esse motivo, não há necessidade de mais um requerimento, e pedimos à Bancada nossa, de sustentação ao Governo, inclusive aos Deputados de Oposição, que votem contrários a esse requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO (Para Encaminhar)

Sr. Presidente.

Acho lamentável que o futuro Líder do Governo - se é que já assumiu de fato porque oficialmente ninguém recebeu nada - está inclusive a pedir que a Oposição vote contrário ao nosso requerimento, que só quer pedir a S. Exa. o Governador do Estado, Roberto Requião, que só diga a esta Casa se ele pediu ou não pediu para comprar as piscinas ou a piscina ao Prefeito Mário Roque, lá de Paranaguá!

Nós temos aqui a boa-fé e o respeito de um Parlamentar. O Deputado Leite, eleito pelo povo de Paranaguá, chegou a esta Casa pela sua liderança, pelo seu trabalho; não é nenhum bobo, porque o saudoso Anibal Khury dizia que nenhum bobo chega a esta Casa. Aqueles que pensam que bobagem ou bobo fazem parte desta Casa, são pessoas que não sabem o que estão falando!

Gostaria, Sr. Presidente, de pedir aos Deputados que estão presentes nesta Casa, dentro do respeito àquilo que o Deputado tem que fazer; fiscalizar, que votem favorável. Estamos apenas querendo saber se o Governador do Estado pediu ou não pediu para o Prefeito comprar a piscina! Nada há de impedimento contra isso, é só responder se pediu ou não porque lá em Paranaguá existe uma rádio onde o Prefeito disse publicamente que o Governador pediu-lhe. É importante que ele diga a esta Casa se realmente pediu!

O meu requerimento é simples. Só quero fazer o mesmo que aconteceu recentemente, o Governador disse que os Deputados queriam jetons para votar o aumento dos professores, uma mentira, porque nenhum Deputado queria jetom para votar esse aumento. O Governador disse que os Deputados queriam ganhar comissão das emendas parlamentares. Outra mentira proferida, porque em nenhum momento o Governador disse que pediu e que falou isso à imprensa.

Tenho documento assinado pelo Governador, onde ele diz que não pediu isso, não falou isso e quem publicou estava errado!

Então, quero deixar esse meu pensamento aqui, Sr. Presidente, e pedir aos Deputados que votem favorável.

Como disse o Greca, já que a piscina é para um banho de não sei o quê, - não sei o que ele quis dizer com aquilo, porque não sou chegado nesse negócio - ele diz que dá para fazer isso.

Então, vamos votar o requerimento, que não tem nada aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação o requerimento. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. NATÁLIO STICA

Verificação de votação!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será feita a verificação de votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento, queriam levantar-se.

Dez Srs. Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e um Srs. Deputados.

Está **rejeitado** o requerimento.

O SR. BARBOSA NETO (Justificativa de Voto)

Sr. Presidente.

Só gostaria de deixar gravado nos Anais desta Casa, essa atitude lamentável da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Que mal há na aprovação de um requerimento pedindo explicações ou investigações a respeito de uma declaração que pode, inclusive, macular a conduta de um Governador do Estado que fala tanto em ética, em moral e acreditamos até o momento nesse mandamentos do Sr. Governador do Estado.

Não podemos abrir mão da nossa função de investigação, de fiscalização. A mim não convencem declarações dizendo que outros órgãos também estariam fazendo esse tipo de investigação. Este é um poder independente, uma das bases da nossa democracia, visando, inclusive, o exercício de direito do cidadão.

Então, é lamentável, até fazendo minhas as palavras da Deputada Elza Correia, que mal há na aprovação de um simples requerimento solicitando explicações para o Governador do Estado?

Muito obrigado.

O SR. NATÁLIO STICA (Para declarar voto)

Senhor Presidente, nós votamos contrário porque este requerimento não é um requerimento da maneira habitual que esta Casa com todo o direito tem de fazer, como agente fiscalizador do Governo do Estado.

A própria palavra do Prefeito Mário Roque, na transcrição que recebemos e enviamos ao Ministério Público, diz: "Se aparecer alguma coisa na minha conta, será dois cheques que eu dei para a compra de uma piscina que foi instalada na Ilha das Cobras."

Em momento nenhum nas transcrições ele diz que o Governador "pediu-me a piscina". E, quem conhece o Governador Requião, sabe que ele jamais seria capaz de fazer o pedido, a qualquer prefeito que seja, de uma piscina para ser instalada na Ilha das Cobras! É um desrespeito com a figura do Governador do Estado eleito pelo povo do Paraná! Por isso fomos contrários.

O SR. JOCELITO CANTO (Para justificar o voto)

Senhor Presidente!

Fico feliz que o Deputado Stica confesse que o Governador recebeu a piscina. O senhor acabou de confessar aqui. Então, realmente, a piscina está lá!

O SR. NATÁLIO STICA

Falei que o Roque disse nas transcrições. Não ponha palavras na minha boca!

O SR. JOCELITO CANTO

O senhor disse que a piscina está lá! Então está bom.

Mas, Sr. Presidente, havia acreditado que a Situação não faria o que todos os dias condena a Oposição aqui. A Situação, toda hora, condenava a Oposição aqui!

O SR. NATÁLIO STICA

É bom que o senhor pelo menos seguiu um lado! Não é mais um independente...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Por gentileza, solicito aos nobres Deputados que respeitam o Regimento. V. Exas. podem encaminhar por escrito, também.

O SR. JOCELITO CANTO

Estou só justificando o meu voto, Sr. Presidente, que a Oposição, hoje, está vendo a Situação fazer o mesmo que fazia no passado: segurava os requerimentos e eles não eram aprovados. Também temos isso aqui.

Eu acreditava que esta Assembléia iria aprovar o meu requerimento; como não aprovou, vou usar agora de um decreto assinado por S. Exa. o Governador Roberto Requião. Tentei primeiro pelas vias legais, da democracia, do respeito que é esta Casa.

Como não fui atendido, hoje mesmo vou mandar, ele permite que cada Deputado que tem assento nesta Casa receberá as informações em cinco dias. Já que o Parlamento não me permite, a democracia que se instala aqui não me permite, vou mandar pelo "Decreto do Requião". Ele fez um enorme decreto e vou usar, em cinco dias leio aqui a resposta do Governador.

Muito obrigado à nossa Situação que hoje agiu contra o próprio Governador, que mandou aprovar todos os requerimentos e deu cinco dias para aprovarmos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre Deputado Jocelito, com o respeito que sempre tivemos por V. Exa., não entendi bem. Não existe democracia nesta Casa?

O SR. JOCELITO CANTO

Estou reiterando, Sr. Presidente, pelo fato de que não se aprovou um requerimento democrático. Acho que não se concretizou a democracia tão esperada pelo povo lá fora! Só isso!

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, quero fazer a justificativa de voto, mas na verdade, no meio de todo esse encaminhamento, eu não consegui entender. Talvez eu tenha dificuldade de compreender os pronunciamentos dos nobres colegas.

Afinal de contas, é esta a pergunta que acredito que o requerimento do ilustre Parlamentar está fazendo: "Essa piscina está na Ilha das Cobras, ou não está?"

Isso eu queria entender, por isso, votei a favor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando, outra para terça-feira dia 30 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 640/2003.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/2003.

1º DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 081, 157, 484, 626, 719/2003 e 001/2004.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 347/2003

I - prover THEREZA CRISTINA RAUEN SILVESTRI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 1º de setembro de 2003;

II - exonerar, a pedido, GASSAN HANDAR, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 1º de setembro de 2003;

III - prover SANDRA MARIA MARSCHALL ROMANELLI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 1º de setembro de 2003;

IV - exonerar, a pedido, ADILSON VALENTIM, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Padre Paulo Campos, a partir de 1º de setembro de 2003;

V - exonerar, a pedido, FERNANDA DO PRADO MORAES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado André Vargas, a partir de 1º de setembro de 2003;

VI - prover FÁBIO CESAR REALI LEMOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado André Vargas, a partir de 1º de setembro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 348/2003

I - exonerar, a pedido, JOSÉ RICARDO MATTOS DO AMARAL, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 1º de setembro de 2003;

II - exonerar, a pedido, CLOZIMAR NAVA, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, a partir de 1º de setembro de 2003;

III - exonerar, a pedido, MARIA SUZANA ALVES NAVA, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, a partir de 1º de setembro de 2003;

IV - prover JAMIL CLAUDINO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, a partir de 1º de setembro de 2003;

V - prover IVANIR RUFATTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Luiz Fernando da Silva Litro, a partir de 1º de setembro de 2003;

VI - prover REINALDO FERNANDES DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Fernando da Silva Litro, a partir de 1º de setembro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 349/2003

I - prover ANIELA CRISTINA PROVENSI DE ABREU, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Reni Pereira, a partir de 1º de junho de 2003;

II - exonerar, a pedido, DENISE MARIA SCHEFFER, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PP, a partir de 1º de setembro de 2003;

III - prover ANA PAULA GIRALDI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PP, a partir de 1º de setembro de 2003;

IV - exonerar, a pedido, LUCIANA CATAFESTA, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fernando Ribas Carli, a partir de 1º de setembro de 2003;

V - prover MOYSES LEONIDAS DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fernando Ribas Carli, a partir de 1º de setembro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 350/2003

I - prover JANAINA BREVILHERI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de junho de 2003;

II - exonerar, a pedido, ELIZABETH RODRIGUES SIMÕES, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de setembro de 2003;

III - prover CLARA EMILIA DA SILVA NOIL, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de setembro de 2003;

IV - exonerar, a pedido, LEILANE APARECIDA FURLANETO, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de setembro de 2003;

V - prover PEDRO GONÇALVES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de setembro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 351/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Barbosa Neto, a partir de 1º de setembro de 2003, conforme especifica:

DENISE GUIMARÃES FREITAS
AGNALDO AMORIM DE FREITAS
RENATA RODRIGUES SIMÕES
MARCOS ANTONIO DE MELO
ROSELAINE FERRARO CAMILLO DA SILVA
PATRÍCIA RODRIGUES SIMÕES
FABRÍCIO RODRIGUES SIMÕES.

(Prot. nº 6739/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 352/2003

I - exonerar, a pedido, RAFAEL XAVIER SCHUARTZ, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 1ª Vice-Presidência, a partir de 1º de setembro de 2003;

II - prover LUIZ HENRIQUE ROSSI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 1ª Vice-Presidência, a partir de 1º de setembro de 2003.

(Prot. nº 7139/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 353/2003

I - exonerar, a pedido, VALÉRIA CAMARGO DE MOURA XAVIER, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Natálio Stica, a partir de 1º de setembro de 2003;

II - prover RAFAEL XAVIER SCHUARTZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Natálio Stica, a partir de 1º de setembro de 2003.

(Prot. nº 7140/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 354/2003

I - exonerar, a pedido, FÁBIO MARCASSA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Delegado Bradock, a partir de 1º de setembro de 2003;

II - prover EUFRÁSIO FERREIRA DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Delegado Bradock, a partir de 1º de setembro de 2003.

(Prot. nº 7193/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 355/2003

I - exonerar, a pedido, MAÉRLIO FERNANDES BARBOSA, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de setembro de 2003.

II - prover HÉLIO BOQUETT, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de setembro de 2003.

III - prover LAERTES BAUMEL E ANDRADE, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de setembro de 2003.

(Prot. 7211/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 356/2003

I - exonerar, a pedido, SANDRO MARCELO ARRUDA, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de setembro de 2003.

II - prover GEONIR EDVARD VICENSI, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de setembro de 2003.

(Prot. 7251/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 357/2003

I - exonerar, a pedido, ANDREIA DE FÁTIMA MORO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Francisco Bühner, a partir de 1º de setembro de 2003.

II - prover VERA REGINA BÜHRER LIMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Francisco Bühner, a partir de 1º de setembro de 2003.

III - prover ANDREIA DE FÁTIMA MORO, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Francisco Bühner, a partir de 1º de setembro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 358/2003

I - exonerar, a pedido, IVAN CORIOLANO BARROS DURAND JUNIOR, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ailton Araújo, a partir de 1º de setembro de 2003.

II - exonerar, a pedido, MARCELO HENRIQUE PAULA PINTO, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ailton Araújo, a partir de 1º de setembro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 359/2003

I - exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de setembro de 2003, conforme especifica:

GEREMIAS JOSÉ DO NASCIMENTO
LINEU EDISON TOMASS
ALFREDO SABATINI NETO
LOURIVAL APARECIDO PAVÃO
EVELOZI JOAQUIM DOS SANTOS
RONI VEIGA DE AZEVEDO

II - prover ANDRÉ GUSTAVO DE SOUZA FONTOURA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de setembro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 360/2003

I - exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ratinho Júnior, a partir de 1º de setembro de 2003, conforme especifica;

ILMA IGNEZ SIQUEIRA
PAULO ROBERTO VILLANI
FERNANDO JOSÉ CORSINI
GUSTAVO EMANUEL CEJAS

II - prover os servidores abaixo relacionados, todos para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ratinho Júnior, a partir de 1º de setembro de 2003, conforme especifica:

PAULO EDUARDO MARTINS
GEREMIAS JOSÉ DO NASCIMENTO
RONI VEIGA DE ASEVEDO
EVELOZIO JOAQUIM DOS SANTOS
LOURIVAL APARECIDO PAVÃO
ALFREDO SABATINI NETO

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.09.2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 368/2003

I - exonerar, a pedido, JOCINÉIA ALVES LEITE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2 do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1º de setembro de 2003.

II - prover JOAQUIM ANTONIO MOREIRA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1º de setembro de 2003.

III - exonerar, a pedido, SILVIO LUIZ MIGUEL, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Waldir Leite, a partir de 1º de setembro de 2003.

IV - exonerar, a pedido, SANDRA LUCIA LARA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de setembro de 2003.

V - prover GISLAINE RODRIGUES YOCOTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de setembro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 369/2003

I - exonerar, a pedido, PAULO MAIA DE OLIVEIRA JUNIOR, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de setembro de 2003.

II - prover SALVADOR MORETTI, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de setembro de 2003.

III - exonerar, a pedido, MARCILENE CRISTINA POLETTINI, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de setembro de 2003.

IV - prover, VALÉRIA CRISTINA STORM BARBOSA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de setembro de 2003.

V - prover JURANDIR LUIS PEREIRA BARBOSA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de setembro de 2003.

VI - exonerar, a pedido, EDILENE FANTIN, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de setembro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 370/2003

I - exonerar, a pedido, VILMARA SAMBUGARD FRAMESQUI, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de setembro de 2003.

II - exonerar, a pedido, RAFAEL ROTHBART DECKER, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de setembro de 2003.

III - prover MARIA ELIZABETH FERNANDES KLEIN do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado André Vargas, a partir de 1º de setembro de 2003.

IV - prover SEBASTIÃO FRANCISCO DO REGO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado André Vargas, a partir de 1º de setembro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 371/2003

I - exonerar, a pedido, BERNADETE MARIA IORA, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de setembro de 2003.

II - prover EDILSON VEDOVATTI MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de setembro de 2003.

III - exonerar, a pedido, ENEZITO ALVES PEREIRA, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do

Deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de setembro de 2003.

IV - prover LUCIANO AMAURI DINIZ, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de setembro de 2003.

V - exonerar, a pedido, NIVALDO DUARTE, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de setembro de 2003.

VI - prover MARCIO ANDREY LOUSANO, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de setembro de 2003.

VII - exonerar, a pedido, GILMAR CARDOSO, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de setembro de 2003.

VIII - prover DARCI DE MORAES, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de setembro de 2003.

IX - exonerar, a pedido, LUCINEIDE TEIXEIRA DE LEMOS, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de setembro de 2003.

X - prover SEBASTIANA DE JESUS FERREIRA DE MORAES, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de setembro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 372/2003

prover DAYENE CELI SCHEMIKO AMARAL, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado delegado Bradock, a partir de 1º de setembro de 2003.

(Prot. nº 7356/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 373/2003

I - prover IRINEU SLOWOSCHENSKI, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de setembro de 2003.

II - prover CARLOS ROBERTO GONÇALVES LINS, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de setembro de 2003.

(Prot. nº 7367/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 374/2003

I - exonerar, a pedido, EDILA CRISTIANE DA SILVA DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Chico Noroeste, a partir de 1º de setembro de 2003.

II - prover MARILENA ALVES BARROS GUIMARÃES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Chico Noroeste, a partir de 1º de setembro de 2003.

III - prover CLARA NUNES DE ARAUJO, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de setembro de 2003.

IV - prover OSI NUNES DE ARAUJO, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de setembro de 2003.

V - prover MARGARIDA CANAN DREHMER, para exercer cargo em Comissão, junto do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1º de setembro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 375/2003

I - exonerar, a pedido, ALESSANDRA APARECIDA FILLA SCHUSTER, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de setembro de 2003.

II - prover HELENA QUEROBINA BEREZA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de setembro de 2003.

III - exonerar, a pedido, ZUNG CHE YEE, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de setembro de 2003.

IV - prover HEMERSON CARAÇATO, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Cida Borghetti, a partir de 1º de setembro de 2003.

V - exonerar, a pedido MANUEL CARAÇATO, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Cida Borghetti, a partir de 1º de setembro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 376/2003

I - exonerar, a pedido, CARMEN ELIZABETH FARACO, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PP, a partir de 1º de setembro de 2003.

II - prover CARMEN ELIZABETH FARACO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Deputada Cida Borghetti, a partir de 1º de setembro de 2003.

III - exonerar, a pedido, LUIS CARLOS BORIN, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Deputada Cida Borghetti, a partir de 1º de setembro de 2003.

IV - prover FRANCO RENATO VITÓRIO, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PP, a partir de 1º de setembro de 2003.

V - prover, MIGUEL RUBENS FILGUEIRAS, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PP, a partir de 1º de setembro de 2003.

VI - prover NELSON FANCISQUINHO DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 1º de setembro de 2003.

VII - exonerar, a pedido, ELSA LAMARI, do cargo em Comissão, junto do Gabinete do Deputado Cleiton Kielse, a partir de 1º de setembro de 2003.

VIII - exonerar, a pedido, SAUDIR DE PAULA JUNIOR, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Vanderlei Iensen, a partir de 1º de setembro de 2003.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.09.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Ata de CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DAS UNIVERSIDADES 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão Parlamentar de Inquérito das Universidades, sob a presidência do Sr. Deputado Delegado Bradock e com a presença dos seguintes Deputados: Elza Correia, Plauto Miró Guimarães e Neivo Beraldin. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião fazendo uma breve exposição dos objetivos desta Comissão. Após definição do Deputado Neivo Beraldin para relatoria desta Comissão, ficou estabelecida a ida dos Srs. Deputados a Ponta Grossa, com o objetivo de ouvir funcionários da Universidade Estadual de Ponta Grossa, na próxima terça-feira, dia 30, às 08h00. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Alan Marcos Andrade, secretário da Comissão.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente

Alan Marcos Andrade - Secretário

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 03 REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes Deputados: Elton Carlos Welter, Tadeu Veneri, José Maria Ferreira, Elza Correia, Jocelito Canto, Delegado Bradock, Antonio Anibelli, Pastor Edson Praczyk, Barbosa Neto, Nelson Tureck e Doutor Luciano. Havendo número legal, o Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando

a Ata da reunião anterior em votação. Após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Delegado Bradock - APROVADA. Retificando a ata da 1ª Reunião Extraordinária em 16.03.2004, no item 01, leia-se Proposição-Veto nº 15/2004 e no item 03, leia-se parecer FAVORÁVEL do deputado Elton Carlos Welter. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Proposição-Veto nº 34/2004, de autoria do Poder Executivo - veta o Projeto de Lei nº 538/2003, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 638/2003, de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri, encaminhando para transformação em Indicação Legislativa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 691/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior. Os Deputados José Maria Ferreira e Tadeu Veneri solicitam VISTAS - CONCEDIDA pelo Presidente; 04) Projeto de Lei nº 695/2003, de autoria do Deputado Reni Pereira. O Deputado Elton Carlos Welter solicita VISTAS - CONCEDIDA pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 703/2003, de autoria do Deputado Artagão Júnior. O Deputado José Maria Ferreira solicita VISTAS - CONCEDIDA pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 704/2003, de autoria do Deputado Carlos Simões. O Deputado Delegado Bradock solicita VISTAS - CONCEDIDA pelo Presidente; 07) Projeto de Lei nº 706/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. O Deputado Pastor Edson Praczyk solicita VISTAS - CONCEDIDA pelo Presidente; 08) Projeto de Lei nº 714/2003, de autoria do Deputado Duílio Genari. O Deputado Delegado Bradock solicita VISTAS - CONCEDIDA pelo Presidente; 09) Projeto de Lei nº 738/2003, de autoria do Deputado Ademir Bier. A Deputada Elza Correia solicita VISTAS - CONCEDIDA pelo Presidente; 10) Projeto de Lei nº 01/2004, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter, na forma da emenda anexa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 02/2004, de autoria do Poder Executivo. O Deputado Barbosa Neto solicita VISTAS - CONCEDIDA pelo Presidente; 12) Projeto de Lei nº 07/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. O Deputado Delegado Bradock solicita VISTAS - CONCEDIDA pelo Presidente; 13) Projeto de Lei nº 17/2004, de autoria do deputado Marcos Isfer. O Deputado José Maria Ferreira solicita VISTAS - CONCEDIDA pelo Presidente; 14) Projeto de Lei nº 712/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli, na forma das três emendas apresentadas pelo Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 21/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 719/2003, de autoria do Deputado Carlos

Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 730/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 35/2004, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 506/2003, de autoria do Deputado Doutor Luciano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 639/2003, de autoria do Deputado Natálio Stica. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 732/2003, de autoria do Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 737/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 28/2004, de autoria do Deputado Natálio Stica. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 48/2004, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

Termo de Ata:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA TERMO DE ATA

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Hermes Fonseca e com a presença dos Deputados Jocelito Canto, Barbosa Neto, Tadeu Veneri, Durval Amaral, Antonio Anibelli, Delegado Bradock e Elza Correia. Não havendo número legal, declarou-se transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária de Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária